

## O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA INDÍGENA TREMEMBÉ

Renata Lopes de Oliveira <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho analisou o ensino de História na Educação Escolar Indígena Tremembé, tendo como lócus de pesquisa a Escola Indígena Maria Venância, localizada em Almofala. Para isso, aproximamo-nos das categorias da colonialidade do ser e do saber, isto é, um novo padrão de poder eurocentrado e racializado que se instituiu com as grandes navegações e levou à desumanização dos colonizados, bem como à negação de suas epistemologias. No que concerne ao referencial teórico que fundamenta as reflexões aqui apresentadas, utilizamos os referenciais da colonialidade/decolonialidade, em consonância com os escritos de Catherine Walsh (2009), João Figueiredo (2009, 2010) e Mignolo (2003). A metodologia deste trabalho adota uma abordagem qualitativa, configurando-se como um estudo de caso que busca compreender a complexidade do fenômeno investigado. A pesquisa explicitou pontos de conexão e articulação entre a História do Brasil e a História Tremembé, favorecendo a comparação e o diálogo entre elas. A articulação entre o nacional e o local revelou-se fundamental para a ampliação da compreensão da realidade Tremembé, destacando-se a incorporação das memórias orais das lideranças aos saberes escolares, o fortalecimento da identidade étnico-racial e a contextualização dos desafios contemporâneos vivenciados pela etnia.

**Palavras-chave:** Educação Indígena, Tremembé, Decolonialidade, Ensino de História.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o ensino de História na Educação Escolar Indígena, tendo como lócus de pesquisa a Escola Diferenciada Indígena Tremembé Maria Venância, localizada em Almofala. Para isso, nos aproximamos das categorias de colonialidade do ser e do saber, ou seja, de um novo padrão de poder eurocentrado e racializado que se instituiu com as grandes navegações e promoveu a desumanização dos colonizados, por meio da hierarquização das culturas e epistemologias com base em critérios eurocentrados (Walsh, 2009).

No campo educacional, a colonialidade influencia as práticas pedagógicas e a produção do conhecimento, incluindo a historiografia, marginalizando narrativas e epistemologias. Grupos sociais, como os povos indígenas, denunciam esse cenário e buscam superá-lo por meio de uma educação diferenciada que possibilite um reencontro

---

<sup>1</sup> Doutora em educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC, [renatalopes@gmail.com](mailto:renatalopes@gmail.com);

com sua ancestralidade e a valorização de sua cultura e saberes. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar as práticas didático-pedagógicas implementadas na disciplina de História da Escola Maria Venância e avaliar como essas práticas desafiam a estrutura curricular hegemônica, promovendo uma abordagem de ensino que valoriza a história e a identidade dos Tremembé.

A metodologia deste trabalho adota uma abordagem qualitativa, configurando-se como um estudo de caso que busca compreender a complexidade do fenômeno investigado. Para a coleta de dados, utilizamos a observação participante, a análise documental e entrevistas, permitindo uma triangulação de informações que enriquece a análise e proporciona uma visão aprofundada dos processos em questão.

Este estudo busca reavaliar e transformar práticas educacionais que perpetuam a colonialidade e a marginalização dos saberes indígenas. Ao analisar práticas contra hegemônicas, pretende-se contribuir para um modelo educacional mais inclusivo e representativo, promovendo a valorização das culturas indígenas e a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua história e identidade.

Alguns dos achados significativos incluem a seleção de conteúdos curriculares da História Geral que possibilitam a ampliação da compreensão da trajetória histórica dos povos indígenas, em especial dos Tremembé; o uso de narrativas, memórias e oralidade como metodologias no ensino da História Tremembé; e o compromisso das disciplinas de História com o fortalecimento da identidade étnica e a análise de problemáticas do cotidiano.

Assim, consideramos que o projeto da escola Tremembé é uma alternativa ao modelo de educação escolar hegemônico, sendo o ensino de História parte desse projeto de construção societária. Conhecer as práticas didático-pedagógicas que estão sendo elaboradas nessa experiência (ou reapropriadas por ela), com destaque para o ensino de História, possibilita a nós, como educadoras, refletir sobre nosso fazer pedagógico, sobre os currículos da educação convencional aos quais estamos submetidos, além de ampliar nosso referencial de possibilidades.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa nos moldes propostos por Bogdan & Biklen (1994), uma vez que abarca uma pluralidade de estratégias investigativas na

busca pela aquisição de dados descritivos, a percepção pessoal dos sujeitos e a ênfase sobre os processos de constituição e não em seu produto final.

Metodologicamente trata-se de um Estudo de Caso (Yin, 2005) que possibilita ao pesquisador compreender um fenômeno a partir de seu contexto real, buscando entender as decisões, como são tomadas, implementadas e os resultados. Como instrumentos para a produção dos dados realizamos observação-participante, entrevistas com as docentes de História Geral e História Tremembé, e análise documental do plano político pedagógico, das produções escolares realizadas pelos estudantes, etc.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Conforme, Catherine Walsh (2009), João Figueiredo (2009, 2010) e Mignolo (2003), os estudos da colonialidade/decolonialidade evidenciam como a partir das expansões marítimas do século XV e XVI foi sendo construída uma divisão binária e hierarquizante das culturas, sociedade, conhecimentos e indivíduos, tendo por referência o modelo eurocêntrico.

A colonialidade pode ser entendida como a faceta subjetiva do processo de colonização, visto que colonizar implica no domínio físico, bélico e territorial, ao passo que a colonialidade implica no domínio do subjetivo, dos padrões sociais e culturais (MIGNOLO, 2003). A colonialidade atua tanto na esfera do macrossocial (modelo econômico; sistema político...) como do microssocial, (relações familiares, relações afetivas, relações pedagógicas...)

Segundo Walsh (2009) e Figueiredo (2010) a atuação da colonialidade pode ser compreendida ainda em quatro eixos complementares e indissociáveis. O primeiro é o eixo da colonialidade do poder e está assentada numa forma de exploração social com base em critérios de racialidade, no qual as populações negras e indígenas são marginalizadas e exploradas.

O segunda eixo é a colonialidade do saber que instituiu a racionalidade europeia como única maneira possível de produção de um conhecimento genuíno, deslegitimando e desqualificando as epistemologias ameríndias e africanas. O terceiro eixo se refere a colonialidade do ser que tem a ver com a desumanização dos colonizados, excluídos dos espaços de poder, destituídos de suas histórias, desqualificados em suas racionalidades, negados e silenciados.

Por último, o quarto eixo trata da colonialidade da mãe natureza ou cosmogônica. A colonialidade da natureza promoveu uma divisão binária entre natureza/sociedade, razão/emoção, espiritual/terreno, rompendo com as perspectivas milenares que integravam as múltiplas dimensões do viver.

Enquanto a colonialidade se referem à forma como o padrão de poder no mundo foi ressignificado a partir das grandes navegações e o advento do capitalismo, a decolonialidade trata de formas insurgentes de confrontação e transformação das estruturas subalternizantes, capazes de fortalecer as lutas emancipatórias.

Neste contexto, o ensino de História, desde o século XIX, é permeado por um viés colonialista que marginaliza povos indígenas e suas narrativas, limitando suas representações a momentos pontuais. Conforme, fica evidenciado na periodização do tempo histórico em Pré-história e História (História Antiga, História Moderna, História Contemporânea). A primeira exclui os povos ágrafos, como as populações indígenas, para os quais como dizia Varnhagem “não há história: há só etnografia”. A segunda organiza toda a experiência da humanidade com referência nas sociedades europeias e sua trajetória particular.

Ao analisarmos as produções historiográficas sobre os povos indígenas e a presença desses conteúdos nos livros didáticos observamos a inexpressiva quantidade de produções, relegando-os a coadjuvantes em momentos pontuais na História do Brasil, como o descobrimento do Brasil, a colonização e certos períodos de confronto com o Estado (ALMEIDA, 2003).

Conforme nos coloca Lander (2005) uma das implicações da colonialidade é a organização de todas as experiências sócio-históricas esculturais da humanidade dentro de uma perspectiva eurocentrada e hierarquizante.

Esta é uma construção eurocêntrica, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal. (...) As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. (LANDER, 2005, p.3)

Em síntese, o conceito de colonialidade evidencia como o ensino de História foi historicamente moldado por um viés eurocêntrico que marginaliza saberes e culturas não ocidentais, especialmente os povos indígenas. Esse modelo hierarquizante exclui ou

subalterniza as experiências desses grupos, limitando suas representações a momentos superficiais e pontuais.

A decolonialidade, por outro lado, propõe uma abordagem insurgente, que busca confrontar essas estruturas opressivas e promover narrativas históricas mais plurais e inclusivas. Nesse contexto, é fundamental repensar o ensino de História, incorporando as múltiplas vozes e perspectivas que foram historicamente silenciadas, contribuindo para a construção de uma educação emancipatória.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A educação escolar indígena Tremembé, é “uma escola que nasce da luta e se volta para a luta”. Apresenta em seu plano político pedagógico o compromisso com a busca pela autonomia individual e coletiva, que perpassa a valorização dos saberes próprios da etnia e a luta pela (re)existência física e simbólica. Nesse sentido, uma das reivindicações é a revisão dos conhecimentos historicamente produzidos sobre os povos indígenas, dentre eles os conhecimentos historiográficos, em conformidade com canção de Autoria de Evandro Tremembé “nossa história/ está na memória/ e não pode se perder”.

Em nossa análise, observamos a presença de quatro módulos da disciplina de História, dois de História Geral e dois de Tremembé dentro do currículo do ensino médio da Escola Maria Venância, bem como o reconhecimento por parte da SEDUC da disciplina de História Tremembé no Ensino Fundamental.

A gente conseguiu colocar no nosso currículo História Tremembé (...). Antigamente nós só tínhamos História Geral. Então estava lá no currículo, mas a gente trabalhava nossa história. E conseguimos agora colocar no currículo, ano passado, as duas histórias no currículo. Conseguimos essa vitória. (GPTIE, 2022 -Fala de Aurineide. [live])

A disciplina de História Tremembé abrange temas que vão além dos eventos históricos convencionais, explorando a cultura alimentar, a história dos lugares sagrados, do mar, da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Almofala, das terras do aldeamento, e a biografia das lideranças. A luta pela educação escolar também é parte essencial do currículo, valorizando o papel das escolas indígenas como a Maria Venância, a Varjota, e outras na preservação da identidade cultural e no fortalecimento da comunidade.

Então a História Tremembé a gente trata isso, né? Trata as coisas do nosso povo de antigamente. A gente sempre tenta trazer as lideranças para as nossas aulas. (...) . Os livros que eles estudam não é mais o livro da História Geral. Porque lá [no livro de História Geral] não vai ter a história da Raimunda, não vai ter a história da Maria Venância, a história do mar, a história do Cacique João Venância, uma História da demarcação da terra. Não vai ter. Onde que vai encontrar? Nos livros vivos. A gente sempre diz que nossos livros indígenas são as nossas lideranças, porque eles vão ensinar coisas que eles próprios viveram. (Entrevista Gilsa, 2022)

Esse ensino se alinha a uma educação patrimonial comprometida com o pluralismo cultural, buscando preservar a memória de elementos importantes para as comunidades locais, como os mestres da cultura, o pajé e o cacique. A abordagem não apenas evoca eventos históricos relevantes, mas também promove a valorização e rememoração do que é significativo para as atuais e futuras gerações.

O ensino da História Tremembé valoriza o diálogo entre os saberes acadêmicos e as memórias das lideranças indígenas, que são consideradas pelos professores da etnia como “livros vivos”, detentores de saberes culturais e testemunhas diretas de sua história. Esse processo educativo se baseia na valorização da memória e da oralidade, usando essas fontes como fundamentais para a construção do conhecimento histórico. A história Tremembé é ensinada de forma a conectar os conflitos e desafios enfrentados diariamente pela comunidade com as estratégias de resistência que fazem parte de sua trajetória e ao passado colonial do qual são herdeiros.

[...]. O educador indígena tem uma responsabilidade constante, que é estar no meio do povo com suas lideranças, ouvindo, narrando a sua história e buscando o sentido permanente da sua herança cultural com seu grupo, suas famílias, sua comunidade e as etnias como um todo. [...], como diz João Venância, o educador decanta tudo o que é colhido nas lagoas da memória, o que serve para viver e fazer viver todo mundo. (O livro da vida Tremembé, 2007;7)

Nas salas de aula, as lideranças são frequentemente convidadas para compartilhar suas histórias e experiências diretamente com os alunos. Além disso, os professores utilizam textos produzidos por pesquisadores que conhecem a etnia e cuja produção é considerada pertinente pela comunidade. Esse conhecimento é complementado com o uso de entrevistas com os mais velhos, que guardam as memórias coletivas, e com documentários que retratam a história e a cultura do povo Tremembé contada pelos próprios membros da etnia, promovendo uma articulação entre conhecimento acadêmico e saberes tradicionais.

Na hora de planejar o Vicente trazia o material. (...). Escrito pelos pesquisadores que vinham pesquisar na aldeia. (...). Se ele tiver vídeo também

ele traz. Se tiver um livro com a nossa História Tremembé a gente traz. Então o nosso planejamento é desse jeito. (Entrevista Gilsa, 2022)

As aulas de campo também desempenham um papel central, levando os alunos a visitarem espaços significativos da história e da vida cotidiana da comunidade, permitindo que o ensino não se limite às fontes escritas, mas se expanda para o contato direto com os territórios e as práticas culturais. Dessa forma, o ensino da História Tremembé se torna uma experiência viva, colaborativa e profundamente ligada à realidade dos próprios Tremembé, promovendo uma educação que não só preserva, mas fortalece sua identidade e resistência cultural.

[...]a importância da escola indígena[...] porque os meus filhos conhecem a minha história e com isso eles conhecem a história deles. Conhecem a origem dele, de onde eles saíram. E no futuro. Amanhã. Eu pretendo que eles passem isso pros filhos deles, que eles possam repassar pros filhos dele a importância do Torém. A importância de dançar. A importância de conhecer a sua história. O mais importante é conhecer a história da gente. Muito Bom a gente conhecer a história da gente. De onde a gente saiu. Quem a gente é. Qual a nossa origem. Tudo isso é rico. (JOPOI, 2021- fala de Gilsa).

No ensino indígena Tremembé, a História Geral não é excluída do currículo, mas é questionada e ressignificada para dialogar com a realidade local. Na Escola Maria Venância, por exemplo, os conteúdos de História Geral, como a colonização e a carta de Pero Vaz de Caminha, são ensinados em conjunto com a História Tremembé, promovendo uma análise crítica das narrativas convencionais. Esse conhecimento tem como objetivo ampliar a compreensão do mundo e permitir aos estudantes o acesso a espaços educacionais fora da aldeia, caso desejem.

Porque quando a gente dá História Geral você já entra na história Tremembé automaticamente, tipo se eu vou falar da chegada dos portugueses aqui, né? Eu falo da chegada dos portugueses e eu falo ao mesmo tempo que quando os portugueses chegaram aqui já tinham índios, e que, eles não descobriram o Brasil, eles invadiram o Brasil e a gente vai debatendo sobre esse assunto que a gente já sabe. E qual é a outra coisa? Quando a gente fala sobre terras, né? A gente já entra na história Tremembé, que a terra era dos índios, quantos metros os Tremembé tinham, e essa coisa toda. A gente tem trabalhado, né? (Entrevista Gilsa, 2015)

Os materiais didáticos, como o livro fornecido pelo Ministério da Educação (MEC) e a internet, são amplamente utilizados como ferramentas pedagógicas. A pesquisa é incentivada para que os alunos compreendam as histórias globais e locais, permitindo comparações e o reconhecimento das contradições na produção do conhecimento historiográfico. Assim, o ensino de História Geral se torna um espaço de



investigação e descoberta, no qual os estudantes são estimulados a perceber a história a partir de diferentes perspectivas e lugares sociais.

Essa abordagem diferenciada no ensino indígena Tremembé busca articular os saberes de dentro e fora da aldeia. O currículo inclui tanto a história do Brasil quanto temas de História Geral, como as revoluções e as guerras mundiais, possibilitando que os alunos conheçam o passado global e local. No entanto, o ensino vai além da reprodução de conteúdos, incentivando uma participação ativa e crítica dos estudantes, que aprendem não apenas a história convencional, mas também a história de seu próprio povo e sua inserção no mundo contemporâneo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das práticas didático-pedagógicas implementadas na disciplina de História da Escola Maria Venância revela um modelo de educação escolar indígena que transcende o ensino tradicional e desafia a estrutura curricular hegemônica. Ao incorporar a História Tremembé no currículo, a escola não apenas resgata e valoriza os saberes e a memória do seu povo, mas também promove uma educação crítica.

A inclusão de temas como a cultura alimentar, a história dos lugares sagrados e a biografia das lideranças fortalece a identidade coletiva dos Tremembé e oferece aos alunos uma perspectiva diferenciada sobre seu passado e presente, conectando-os à sua trajetória de luta e resistência.

A abordagem pedagógica, centrada nos "livros vivos", que são as lideranças indígenas favorece a união entre saberes acadêmicos e tradicionais. Esse diálogo entre as duas esferas possibilita a construção de um conhecimento histórico mais amplo e significativo, em que a oralidade, a memória e as vivências comunitárias desempenham papel central. Outro ponto de destaque é a importância das aulas de campo e da utilização de materiais didáticos alternativos, como vídeos e textos produzidos por pesquisadores que convivem com a comunidade. Além disso, ao questionar os conteúdos convencionais da História Geral, a disciplina promove uma análise crítica das narrativas eurocêntricas, possibilitando o desvelamento das múltiplas camadas do processo colonial.

Em suma, a disciplina de História Tremembé, ao resgatar e valorizar os saberes indígenas, torna-se um instrumento de resistência cultural e política, reforçando a autonomia e a identidade do povo Tremembé. Esse modelo de ensino não apenas promove a preservação da história e da cultura local, mas também inspira outras comunidades a



buscar uma educação que atenda às suas especificidades culturais, contribuindo para a construção de um currículo plural e inclusivo. A experiência da Escola Maria Venância demonstra a potência transformadora de um ensino centrado nas realidades e necessidades da própria comunidade, em contraste com a imposição de narrativas universal colonial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Marta e SOIHET, Raquel(orgs). **Ensino de história: Conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Ed., 1994.

CEARÁ. Secretaria de educação. Coordenadoria de desenvolvimento da escola. Célula de aperfeiçoamento pedagógico. **O livro da vida Tremembé**. Fortaleza: Importec, 2007.

FIGUEIREDO, J. B. A. Colonialidade e descolonialidade: uma perspectiva eco-relacional. **Entrelugares: revista sociopoética e abordagens afins**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 5-20, mar./ago. 2010.

FIGUEIREDO, J. B. A. Educação Ambiental Dialógica e Colonialidade da Natureza Ambiental. In: DIAS, A. A.; MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S. (Org.). **Educação, direitos humanos e inclusão social: currículo, formação docente e diversidade sociocultural**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 49-8.

GPTIE, Grupo de Pesquisa Territórios Indígenas e Etnodesenvolvimento. **Os Tremembé de Almofala e a “Educação Pé no Chão”**.GPTIE/IFPA. 06 jan.2021. Vídeo (1h:49min). [live] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TTwmEy70Ekk>. Acesso em: 12 jan.2022. Participação: Cacique João Venância do Povo Tremembé, Verislene Lavor, Aurineide Santos, Babi Fonteles, Janiel Marques, Eliane Brasileiro, Gilsa Nascimento, Ribamar Ribeiro Júnior e Telma Tremembé.

LANDER, Edgardo. Ciência Sociais; saberes coloniais e eurocêntricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias sociales/ CLACSO, 2005.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

WALSH, C. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. In: **Congresso da ARIC: diálogos interculturais: descolonizar o saber e o poder**, 12., 2009,



Florianópolis. Anais... Florianópolis: ARIC, 2009. BRASIL.  
<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis2.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Bookman editora, 2005.